

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (“Banco”), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e do modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

• Novo Posicionamento e Organização

O ano de 2019 está marcado na história do Banco Original pela entrega da estratégia de consolidar nosso ecossistema digital de empresas de tecnologia financeira. Todas nossas ações seguem alguns princípios: sermos justos na estratégia de precificação junto aos clientes, fáceis de entender e simples de usar. Somos digitais, mas também com o atendimento humano como um diferencial estratégico. Assim, como o Primeiro banco no Brasil a permitir abertura de conta corrente 100% Digital, nossa jornada em 2019 foi focada em tornar o ecossistema digital Original cada vez mais completo e eficiente.

Cenário para novos ecossistemas de empresas de tecnologia financeira

O Banco Original entende que a combinação dos fatores relacionados a um novo ambiente regulatório extremamente favorável ao aumento da competição no sistema financeiro, especialmente por meio de incentivos a modelos baseados em plataformas digitais, além de um consumidor brasileiro mais propenso ao uso de soluções de menor custo e melhor experiência, bem como a própria evolução da tecnologia, formam momento propício para o surgimento de uma nova arena competitiva no cenário nacional para os próximos anos.

Conta Digital e Instantânea para consumidores pessoas físicas

Em Abril de 2019 lançamos a conta instantânea simplificada (conta de pagamentos), mantendo a premissa de abertura 100% via celular, e com um fluxo muito mais simplificado para o usuário final, dispensando a apresentação de comprovante de renda, comprovante de endereço, assinaturas e outros documentos, bastando apresentar documento de identificação de forma digital. Toda a certificação do cliente passou a ser feita com uso intensivo de novas tecnologias, tais como georeferenciamento, biometria facial e checagens automáticas com diversos “bureau’s” de informações.

Conta Digital e Instantânea para Empreendedores e Empresas

Com o lançamento da conta Pessoa Única em Julho 2019 passamos a atender de forma mais adequada o segmento de Empreendedores, público potencial de 28 milhões de consumidores (Fonte: PNAO Continua, IBGE) e que já representa 24% da base de clientes do Banco Original. Com essa nova plataforma, foi possível permitir a abertura de contas pessoas jurídicas para clientes MEI, EI e EIRELI, com apenas 04 cliques. Tudo acessado de forma integrada a partir de um único aplicativo (PF+PJ), com atendimento unificado, um único pacote de serviços e ainda com uma parceria com a Cielo de oferta de máquinas de cartões inédita no mercado.

Para atender de forma mais ampla os clientes pessoas jurídicas, nos transformamos num banco domiciliador de empresas que vendem por meio de cartões junto a todas as principais adquirentes do mercado brasileiro.

Iniciamos já no 2º semestre 2019 a organização de uma nova plataforma também 100% digital voltada ao segmento de Pequenas e Médias empresas. O lançamento está previsto para o 1º semestre 2020 e terá foco inicialmente em empresas com faturamento de até R\$ 20 milhões/ano.

Um banco digital completo em serviços bancários

Na linha estratégica de nos tornarmos um banco de varejo digital e completo, também investimos fortemente no complemento de serviços bancários a serem colocados à disposição dos nossos clientes. Assinamos mais de 200 novos convênios de recebimento de contas de concessionárias de serviços públicos e governo, ampliamos nossa solução de débito automático, pagamento de boletos utilizando-se do cartão de crédito Original, bem como a implantação de moderna solução de DDA (Débito Direto Autorizado), transformando-se, assim, numa solução completa de serviços bancários para nossos clientes.

Plataforma digital de empréstimos

Em 2019 implantamos também uma ampla reformulação da nossa estratégia de concessão de crédito por meio de plataforma digital, lançando novas linhas de crédito pessoal de forma a permitir um posicionamento mais competitivo do Original frente aos bancos tradicionais. Dentre as principais novidades, destacamos a linha de crédito pessoal para pagamento de boletos, financiamento preventivo da fatura de cartão de crédito, crédito pessoal para recebedores de salários pelo Banco e linha de crédito especialmente desenvolvida para renegociação preventiva de dívidas com o Banco.

Uso de Inteligência artificial

Outro avanço importante em 2019 foi a consolidação do uso de plataforma de inteligência artificial, em parceria com a IBM, como uma solução de busca de eficiência e agregação de valor no atendimento aos correntistas por meio de ferramentas de “Chat Bot”. Concluímos o ano de 2019 com uma média de 86% de de todo o atendimento feito por meio da plataforma Watson, superando o patamar de 900 mil atendimentos mensais realizados por meio da ferramenta, tornando-se, assim, uma das instituições financeiras com maior uso proporcional de inteligência artificial no atendimento aos clientes e consumidores no mercado brasileiro.

Todas essas novas ações implantadas em 2019 viabilizaram a significativa ampliação da base de clientes de 718 mil em dezembro 2018 para 2.984 mil em dezembro 2019 (crescimento de 316%).

Atingimos o marco de termos clientes em 100% dos municípios brasileiros. Essa importante conquista foi atingida em Setembro 2019 com abertura de conta no município de Sete de Setembro, no Rio Grande do Sul. Essa cidade tem uma população de aproximadamente 2 mil pessoas e não possui nenhuma agência bancária.

Um banco digital, mas humano

Em complemento à estratégia de ser um banco de varejo digital e completo, mas humano, o Original expandiu sensivelmente sua plataforma de parceria com Correspondente Bancário que atua por intermédio de Agentes Digitais, permitindo criar uma ampla rede de parceiros especializada em atender e gerir o relacionamento mais próximos com os clientes. Ao todo, a expansão do modelo de atendimento por meio de Correspondente Bancário permitiu a ampliação de um total de 500 agentes em 2018 para mais de 1.600 agentes em dezembro 2019. Referida plataforma de atendimento pessoal e humano permite ao Original performance altamente eficiente e competitiva frente aos bancos tradicionais em segmentos estratégicos de clientes.

Tecnologia em serviços financeiros

Atentos às tendências e oportunidades no mercado de tecnologia financeira, repositioamos a estratégia e atuação da subsidiária integral Original App. Gradativamente, estamos concentrando nesta empresa os profissionais de tecnologia que estão focados no desenvolvimento e sustentação de aplicações financeiras para o Banco e para o mercado como um todo. Referida subsidiária atuará em três segmentos principais (Fábrica de Software, Suporte e Sustentação de Sistemas Financeiros e serviços de “Bank as a Service - BaaS”).

A criação e expansão da atuação da Original App no mercado têm entre suas motivações principais a atração e retenção de talentos, geração de novas eficiências e fontes de receitas, bem como incorporação de tecnologia de ponta. Isso nos permite a constante melhoria e maior velocidade no desenvolvimento de soluções, abreviando o lançamento de produtos e serviços para os clientes do Banco Original (Pessoa Física, Empreendedores e Empresas) e outras empresas que atuam no mercado financeiro no Brasil. Importante ressaltar que a Original App e o Banco Original atuam em condições de mercado o que permite à Original App a prestação de serviços para outros bancos, fintechs e empresas.

A Original App também está inserida na vertical de negócios Bank as a Service (BaaS) do Grupo Original. Essa plataforma BaaS foi organizada em resposta à nossa proposta de estar na liderança na prestação de serviços, por meio de APIs, para fintechs e instituições financeiras, totalmente em linha com o novo arcabouço regulatório em fase de estruturação por parte do Banco Central do Brasil. O mercado financeiro é dinâmico e tem sido impulsionado pela mudança do perfil do consumidor e também por uma agenda regulatória favorável. Por meio do BaaS colocamos à disposição dos nossos parceiros tecnologia de ponta e credenciais financeiras de forma com que essas fintechs e Instituições Financeiras possam atender da melhor forma seus clientes.

Fintechs e Instituições Financeiras

A conexão de nossos sistemas com os dos nossos parceiros se dá por meio de API - Application Programming Interface. Adotamos o modelo de API First, onde priorizamos a identificação das necessidades de negócios dos nossos parceiros e trabalhos na construção das APIs paralelamente a possíveis adequações em nossos sistemas internos, sempre utilizando o recurso de micro serviço de processamento.

Temos 22 APIs em funcionamento - como pagamento de boletos, pagamento de tributos, consulta de saldos, consulta de extratos, cadastro, aprovação de crédito e saque digital e 16 em desenvolvimento.

Trabalhamos além da disponibilização simples de APIs, pois apoiamos nossos parceiros na identificação e na prototipação de novos produtos utilizando os serviços financeiros que disponibilizamos via API, levando o conceito de BaaS para outros setores da economia.

Investimentos

Em 2019 elevamos investimentos totais em 268% quando comparado a 2018, atingindo R\$ 165 milhões. Destes 95% são voltados para tecnologia e desenvolvimento de novos produtos, serviços e sistemas.

De forma a termos a agilidade necessária para entrega do nosso plano de negócios, organizamos nossa área de desenvolvimento em times (ou squads). Esses squads são compostos por pessoas das mais diversas áreas do Banco e estão agrupados por cadeia de valor que aqui chamamos de fractais, nos permitindo compartilhar conhecimentos específicos ao mesmo tempo que ganhamos flexibilidade para temporariamente aumentar a capacidade de produção e lançar novas funcionalidades e produtos. Ao final de 2019 tínhamos 10 fractais e 56 squads montados em poucos meses.

Durante 2019 lançamos +20 versões do nosso app. Isso representa 43% de aumento de produtividade em relação ao ano anterior.

Nova arena competitiva no mercado de serviços financeiros por meio de carteiras digitais

O PicPay, maior carteira digital no Brasil, também faz parte do nosso ecossistema digital de empresas de tecnologia. Somos acionistas diretos do PicPay desde Outubro 2019 e, por meio de acordo de acionistas, exercemos o controle societário. O PicPay conta com time de executivos e posicionamento mercadológico próprios.

O PicPay foi fundado em Vitória, Espírito Santo por 3 empreendedores, com a missão de revolucionar a forma como as pessoas se relacionam com o dinheiro. Mais do que uma forma diferente de pagar, a plataforma do PicPay foi concebida e continua sendo desenvolvida com o foco de entregar uma experiência totalmente nova para seus usuários.

O PicPay opera como uma camada que conecta seus usuários aos diversos agentes do setor de serviços financeiros, atendendo todas as necessidades na rotina diária dos seus usuários de forma simples e cativante: pagamento entre pessoas e para estabelecimentos, compra de serviços e mercadorias, pagamento de contas, entre outros.

De forma disruptiva e pioneira o PicPay adotou, desde 2012, o QR code como o meio principal para a realização de transações 24 x 7 (24 horas por dia, 7 dias por semana).

O sucesso dessa combinação é percebido no crescimento exponencial das métricas financeiras e operacionais do Picpay: 14 milhões de usuários cadastrados; 3,9 milhões de usuários ativos; valor total de pagamentos de R\$ 10,5 bilhões (mês dezembro 2019, anualizado). Ainda, a definição do QR Code como base para o Sistema de Pagamentos Instantâneos anunciado pelo Banco Central do Brasil confirma o acerto da estratégia e proporciona vantagem competitiva para o PicPay.

São muitas as alavancas de valor da nossa unidade de BaaS com o PicPay, como por exemplo o cartão de débito e crédito Picpay - que é emitido pelo Banco Original para usuários PicPay.

Atacado

Conta com a alocação de equipe qualificada e dedicada com regras de governança exclusivas para os segmentos:

Corporate: Atuando no segmento de Grandes Empresas no Brasil, com produtos e serviços financeiros já consolidado nos anos anteriores.

Agronegócios: Atuando no segmento de Grandes e Médios Agricultores e Pecuaristas, com produtos específicos para o segmento.

Recebeivs: Atuação com produtos de cessão para os segmentos de comércio varejista, atacadista, e empresas de grande porte nacionais e multinacionais.

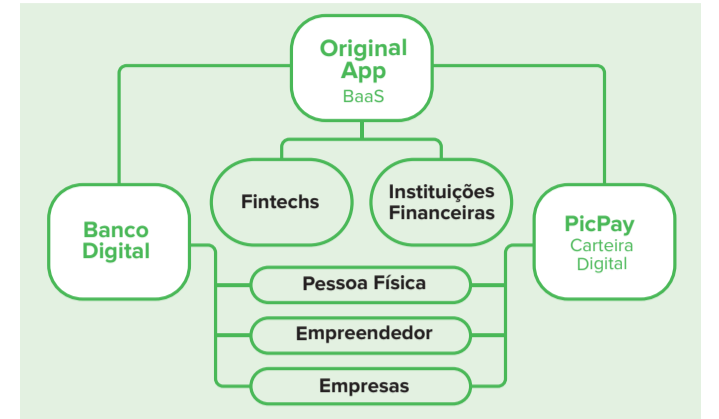
• Tecnologia Financeira

Somos um grupo de empresas de tecnologia financeira em rápido crescimento e expansão, com a solidez e resiliência de um banco.

Por meio do Banco Digital e do PicPay atendemos, com propostas de valor distintas, Pessoas Físicas, Empreendedores e Empresas.

Por meio da nossa unidade Bank as a Service, temos como clientes diretos Fintechs e Instituições Financeiras.

Acreditamos que o potencial de crescimento de negócios para o nosso ecossistema - uma empresa de Tecnologia, um Banco Digital, uma unidade de Bank as a Service e uma Carteira Digital - vai além da nossa capacidade de atração de clientes diretos.



Entendemos que o mercado brasileiro é grande o suficiente para acomodar mais de um banco digital e mais de uma carteira de pagamento. Posicionamos as empresas do nosso ecossistema de forma a gerar valor tanto para nossos clientes (pessoas físicas, empreendedores e empresas) diretos quanto para aqueles que vierem a escolher ser clientes e usuários de outras Instituições Financeiras e Fintechs.

Esse posicionamento é a visão de uma Diretoria Executiva renovada em grande parte durante o ano, processo esse iniciado em Janeiro 2019 com Alexandre Abreu assumindo a posição de Diretor Presidente.

• DIRETORIA EXECUTIVA

Alexandre Abreu, que foi presidente do Banco do Brasil e se juntou ao time do Original em agosto de 2018, assumiu a presidência do Banco, em janeiro de 2019.

Luiz Meneguetti continua responsável pela Diretoria de Atacado, focada em grandes empresas.

Edilson Jardim permanece liderando a Diretoria de Varejo PF, que também faz a gestão dos negócios junto aos clientes Pessoa Única (Empreendedores) e produtos de crédito PF.

Luiz Morone continua responsável pela Diretoria Jurídica, Compliance, Controles Internos e a partir de Janeiro 2020 Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Ouvidoria.

Raul Moreira, ex-presidente da Alelo e ex-vice presidente do Banco do Brasil. Assumiu a diretoria executiva do Banco Original em março 2019 e atualmente lidera as áreas de Tecnologia, Cartões, Projetos e Open Banking.

Antonio Maurício Maurano, ex-vice-presidente do Banco do Brasil e ex-presidente da holding BB Seguros, assumiu em junho 2019 a recém-criada Diretoria de Pequenas e Médias Empresas.

Érico Arruda, ex-diretor administrativo e financeiro da Flora Cosméticos e Limpeza, assumirá, após a homologação da sua eleição pelo Banco Central do Brasil, a Diretoria de Controladoria e Gestão de Riscos que foi criada em janeiro 2020.

Luiz Giacomini, ex-executivo no Banco do Brasil, assumirá, após a homologação da sua eleição pelo Banco Central do Brasil, a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores que foi criada em janeiro de 2020.

• Prêmios e Reconhecimentos

Criado em 2001 pela Editora Executivos Financeiros, o Prêmio eFinance tem por objetivo premiar as soluções de ponta que contribuem decisivamente para elevar a eficiência operacional, aprimorar a gestão e adicionar real valor à indústria bancária, securitária, empresas de créditos e de meios de pagamentos e demais players que atuam no setor.

Em sua 19ª edição, fomos reconhecidos com 4 cases em 2 categorias (i) Banco Digital com os cases “Jornada do Banco Original Digital” e “Plataforma de Agente Original”; (ii) Gestão de Identidade com os cases “Projeto Liveness” e “Validação automática de CNH”.

Entre outros premiações destacamos:

Banco Digital do Ano 2019 com o case Conta Pessoa Única - Relatório Bancário (15ª Edição)

Prêmio Valor Inovação Brasil: Original entre os TOP 5 dos bancos mais inovadores. Fomos o único banco 100% digital a figurar entre os primeiros do ranking.

Inovação na captação de clientes pela Associação Brasileira de Marketing de Dados (ABEMD)

100 Empresas mais inovadoras no Uso de TI. Top 3 na Categoria Bancos e 21ª posição entre as 100 mais inovadoras - IT Midia (18ª Edição)

• Segurança

O Banco Original, preocupado com seu principal ativo, seus clientes, criou a Superintendência Executiva de Segurança e Prevenção a Fraudes com objetivo de reforçar sua estrutura.

Houve alto investimento tecnológico e em pessoas, bem como a revisão de todos os controles e sistemas de defesa, que elevaram a maturidade e a segurança dos processos, reduzindo expressivamente o volume de tentativas de transações fraudulentas.

Há participação efetiva em diversos fóruns e comitês a respeito do tema, o que possibilita uma rica troca de experiências com o mercado e melhores práticas.

O Banco Original encontra-se apto para entender todas as exigências regulatórias da Lei Geral de Proteção de Dados no segundo semestre de 2020.

• Governança Institucional

A governança do Banco Original teve uma evolução significativa no ano, destacando-se pela instituição do Conselho de Administração (CA) em janeiro de 2019, sendo esta, a mais alta instância de decisões da instituição.

Anteriormente, o Comitê de Diretoria, era a instância máxima na governança. Com a criação do Conselho de Administração, a estrutura de comitês do Banco Original foi atualizada, com as novas definições de responsabilidades e de reports, conforme abaixo: (i) Determinados Comitês passaram a se reportar diretamente ao Conselho de Administração e outros, ao Comitê de Diretoria ou ao Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos; (ii) Três (03) novos Comitês foram instituídos:
• Comitê de Inovação: subordinado ao Conselho de Administração, tem como objetivo avaliar e resolver questões estratégicas e de governança relacionadas à inovação, em consonância com os objetivos da instituição.
• Comitê de Tecnologia: subordinado ao Comitê de Diretoria, tem como objetivo avaliar e resolver questões estratégicas e de governança relacionadas à tecnologia da informação
• O Comitê de Segurança e Prevenção à Fraudes se desmembrou em dois, sendo instituído um deles o Comitê de Segurança da Informação e Riscos Tecnológicos, com escopo ampliado; (iii) O Comitê de Auditoria também sofreu alterações, sendo agora composto por três (03) membros independentes, reportando suas atividades ao Conselho de Administração.

Além dos membros do CA, o Banco Original conta ainda com seu corpo gerencial sênior (Diretoria), composto por oito (08) diretores (incluindo o Presidente), responsáveis pela condução do negócio, de acordo os objetivos estabelecidos pelo Conselho.

Em linhas gerais, destacamos os objetivos de cada Comitê:

Conselho de Administração (CA): O CA é órgão máximo de decisões do Banco Original e tem como missão proteger e valorizar o patrimônio do Conglomerado Original e maximizar o retorno do investimento. Dentre suas atribuições estão a de Deliberar e acompanhar os temas relacionados à governança do Conglomerado, em especial aqueles sob sua supervisão direta: Compliance, Gestão de Riscos e Auditoria.

Comitê de Diretoria (CD): O CD é responsável pela aprovação de políticas institucionais, exceto aquelas que são de responsabilidade do Conselho de Administração, pela definição de regras relacionadas à governança, criação de alçadas corporativas e deliberação das situações não contempladas em tais políticas ou outros normativos internos da instituição.

Comitê de Auditoria (COAUD): Órgão regulamentado pela Resolução 3.198, é responsável por supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna das Instituições que integram o Conglomerado. Ele também avalia a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. O fórum é composto por três membros externos e independentes.

Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR): Órgão regulamentado pela Resolução 4.557, reporta-se ao CA e é responsável por gerenciar a adequação aos níveis de apetite por riscos fixados (RAS), bem como avaliar a aderência dos processos de gerenciamento de risco às políticas estabelecidas.

Comitê de Ética (CET): Órgão subordinado ao CA, tem como objetivo avaliar e deliberar sobre questões éticas no Conglomerado Original.

Comitê de Remuneração (COREM): Órgão regulamentado pela Resolução 3.921, reporta-se ao CA e é responsável pela supervisão das práticas e políticas de remuneração e pelas atividades da equipe de remuneração.

Comitê de Inovação (CINOV): Órgão de caráter permanente, e subordinado ao CA e tem como objetivo avaliar e deliberar sobre questões estratégicas e de governança relacionadas à inovação, em consonância com os objetivos da instituição.

Comitê de Risco Operacional, Controles Internos e Compliance (CROCIC): Órgão responsável por estabelecer as diretrizes necessárias à adequação do Conglomerado às leis, normas e regulamentos vigentes, com foco em processos e sistemas. Realiza o acompanhamento da suficiência de controles implantados, frente aos riscos que o Conglomerado estiver exposto e trata os temas relacionados ao Compliance. Adicionalmente trata de atividades de “Conheça o Seu Cliente”, “Continuidade de Negócios” e “Risco Socioambiental”.

Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC): Responsável pela gestão de capital, pelo gerenciamento do risco de mercado e liquidez, pelo processo de classificação de operações e divulgação de informações referentes à gestão de riscos e capital.

Comitê de Avaliação de Riscos de Produtos (CARP): Responsável pela deliberação quanto à implantação de novos Produtos, bem como a sua revisão periódica. Cabe a este Comitê garantir que as áreas responsáveis avaliem os riscos dos produtos e processos relacionados e a conformidade dos mesmos às leis, normas e regulamentos vigentes (internos e externos).

Comitê de Alocação de Recursos (CAR): Responsável pela aprovação de recursos do Conglomerado com foco em controle de gastos/custos buscando eficiência.

Comitê de Crédito Sênior (CCS): Responsável pela deliberação sobre as operações e limites de crédito e demais condicionantes para o segmento Corporate e Agronegócios. Cabe ainda a este fórum, definir as classificações internas de clientes e de suas operações de crédito.

Comitê de Crédito Pessoa Física (CCFP): Responsável pela deliberação sobre as propostas de operações e limites de crédito e demais condicionantes do Segmento Varejo, avaliação e discussão de políticas para encaminhamento ao Comitê de Diretoria. Cabe também deliberar sobre normativos e regras para concessão e manutenção de crédito, sobre normativos e regras de Renegociação e Cobrança, além de estabelecer alçadas para aprovação de limites e/ou operações de crédito para o segmento Pessoa Física e balizar suas decisões nas melhores práticas de mercado, nos princípios de governança, na qualidade do portfólio e na relação risco versus retorno.

Comitê de Gestão de Portfólio de Crédito (CPOC): Responsável por monitorar e definir as diretrizes necessárias à adequação do Conglomerado Financeiro Original às exigências dos reguladores e à observância do Apetite ao Risco definido pelo Conselho de Administração no tocante ao portfólio de crédito e processos correlatos.

Comitê de Prevenção a Fraudes (CPF): Este comitê é responsável por avaliar as questões de Prevenção a Fraudes no Conglomerado Original, incluindo projetos e ações de longo prazo consideradas importantes à Instituição.

Comitê de Tecnologia (COTI): Órgão que tem como objetivo avaliar e deliberar sobre questões estratégicas e de governança de tecnologia da informação, em consonância com os objetivos da Instituição.

Comitê de Segurança da Informação e Riscos Tecnológicos (CSIRT): Órgão responsável por avaliar as questões de Segurança da Informação e Riscos Tecnológicos no Conglomerado Original, incluindo projetos e ações de longo prazo consideradas importantes ao Banco.

E através desta estrutura de Governança que os riscos são analisados e as decisões do Banco Original são tomadas, visando a preservação do negócio e o respeito das partes interessadas: clientes, funcionários, sociedade e acionistas.

• Compliance e Anticorrupção

A área de Compliance faz parte da Diretoria Jurídica, de Compliance e Controles Internos, sendo que os assuntos relacionados ao Compliance são diretamente reportados ao Conselho de Administração, garantindo assim, ainda mais independência da área. A área de Compliance e Compliance por profissionais com ampla experiência no mercado financeiro e participam das Comissões de Compliance da FEBRABAN e ABBC visando atualização contínua frente as melhores práticas de mercado.

Política de Compliance

Dada a constituição do Conselho de Administração, a Política de Compliance, cuja primeira publicação foi em 30/06/2016, foi revista e aprovada pelo Conselho em 28/05/2019.

A Política é aplicável a todos os funcionários (temporários, estagiários e terceirizados) do Banco Original e visa a conformidade da instituição com as regras vigentes, protegendo sua reputação e imagem perante os colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços, reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada pela transparência, cumprimento de normas e regulamentos e cooperação com as autoridades reguladoras e autorreguladores.

Política Anticorrupção

O Banco Original possui Política Anticorrupção, cuja primeira aprovação ocorreu em 09/06/2016, fo também revista e aprovada pelo Conselho de Administração em 28/05/2019. Ela está disponível aos funcionários e ao público em geral. Tal política formaliza o compromisso da Instituição de participação em iniciativas nacionais e internacionais de prevenção e combate à corrupção em todas as suas formas e, ainda, estabelece orientações para a concepção, efetivação e melhoria contínua de Programa de Integridade corporativo, incluindo o desenvolvimento e manutenção de práticas de prevenção, monitoramento e combate a atos ou tentativas de corrupção.

Administração de Potenciais Conflitos de Interesses

O Código de Ética do Banco Original prevê diretrizes para a mitigação de possíveis conflitos, aplicadas a todos os funcionários da Instituição, sendo elas Proteção da informação e propriedade intelectual, Parentes na empresa, Brindes, cortêsias e eventos, Atividades externas conflitantes, Combate à corrupção, doações a partidos políticos e Finanças Pessoais.

Complementares ao Código de Ética, existem também os Códigos de Conduta Setoriais, aplicáveis às áreas de Tesouraria, Mesa Clientes, Atendimento e Auditoria Interna, com objetivo de reforçar os princípios da ética e boa conduta aos funcionários que exercem suas atividades em áreas que, por natureza, possuem maior acesso a informações confidenciais e/ou relevantes.

Governança de Ética

Cliente da importância da integridade na conduta dos seus negócios, o Conglomerado possui Código de Ética, disponibilizado aos seus funcionários e público em geral.

Além dos princípios que governam as ações no dia a dia, o Código de Ética trata das mais diversas situações, como por exemplo Princípios de Relacionamento, Conflitos de Interesse e Conduta Pessoal e Finanças. Adicionalmente existem também os Códigos de Conduta Setoriais, aplicáveis a áreas específicas: (i) Tesouraria, (ii) Mesa Clientes, (iii) Banco de Investimento, (iv) Atendimento e (v) Auditoria.

Canal de Ética

Segundo a regulamentação do Banco Central (Resolução 4.567), o Banco Original possui um Canal de Ética disponível ao seu público interno e externo. Através deste canal, é possível a comunicação e reporte de situações com indícios de atos ilícitos relacionadas às atividades desta instituição, sem necessidade de identificação.

Tal Canal é operacionalizado por uma empresa terceira e independente, a ICTS, que recebe os relatos, analisa-os e em seguida encaminha para a área de Compliance para averiguação dos fatos e aplicação de possíveis medidas disciplinares. Relatos relacionados ao Compliance são direcionados para a área de Auditoria para tratamento do caso, evitando assim, possíveis conflitos.

O Compliance é responsável pela Política do Canal de Ética aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece diretrizes e processos quando o recebimento de denúncias. Adicionalmente, a cada semestre, o Compliance também emite o Relatório do Canal de Ética para aprovação do Conselho.

Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O Conglomerado mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento. No exercício de 2019, foram abertas 456 demandas (31/12/2018 - 432), as quais foram informadas à Alta Administração do Conglomerado e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN 4.433 de 23 de julho de 2015.

• Pessoas

O Original nasceu para desafiar as práticas vigentes no relacionamento das pessoas com os serviços financeiros. Somos movidos por desafios e não paramos por nada. Sabemos o que queremos alcançar e não paramos até que a solução seja entregue e o melhor resultado seja atingido.

O Conglomerado acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento dos negócios e estimula o ambiente no qual todos possam contribuir com suas experiências. E, por este motivo, estamos construindo um ecossistema aberto de soluções financeiras suportado por tecnologia e pessoas.

Em 2019, tivemos um aumento no quadro de pessoas em mais de **45%**. Na área de TI este aumento representou mais de **115%** comparado ao ano de 2018. Sabemos que disponibilizar o conhecimento é fundamental para o aperfeiçoamento do time. No ano de 2019 foram mais de **19 mil horas** de treinamentos externos e e-learning. Adotamos práticas de trabalho adequadas ao perfil das pessoas e que estimulam a performance e produtividade como **Modelo Ágil e Trabalho Remoto**.

Criamos relações de confiança com nossos times. Cuidamos do bem-estar de quem está ao nosso lado: colegas, clientes, fornecedores e parceiros. Respeitamos as diferenças, entendemos que mais diversidade significa um ambiente mais justo, mais criativo, mais produtivo. **Homens e mulheres** representam respectivamente **50%** do quadro de colaboradores do Conglomerado. E nada é mais importante que a **relação humana**, olho no olho e o respeito ao outro. **Acreditamos que é assim que se constrói valor nas relações**.

• Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Ao final do exercício de 2019, o Banco apresentou lucro de R\$ 8.822, contra um lucro de R\$ 1.582 apresentado ao final de dezembro de 2018.

Mantemos a perspectiva anteriormente compartilhada de que os resultados do Banco devem ainda apresentar volatilidade até a maturação da atividade de varejo, esperada para o final de 2020 mantidas as expectativas de melhoria nos cenários, político e econômico do país.

2. Ativos e Passivos

Alcançamos um crescimento importante da carteira de crédito e de captação, mantendo a disciplina presente nos anos anteriores na gestão de mitigação de riscos. A carteira de crédito cresceu 21% e a carteira de captação cresceu 18%. O prazo médio da nossa carteira de captação continua sendo superior ao prazo médio da carteira de crédito, respectivamente 369 e 296 dias. Nosso excesso de liquidez em 2019 foi superior a 1 Patrimônio Líquido.

O total de ativos atingiu R\$ 12.651.235 (31/12/2018 - R\$ 11.083.923) ao final do período, representado principalmente por:

Descrição	31/12/19	31/12/18
Aplicações Interfinanceiras	671.583	396.886
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3.368.639	3.263.789

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/19	31/12/18
Ativo Circulante		8.683.323	7.544.554
Disponibilidades	4	573.304	39.895
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	671.583	396.886
Aplicações no Mercado Aberto		212.489	1.997
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		380.131	320.584
Aplicações em Moedas Estrangeiras		78.963	74.305
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	2.815.132	2.397.336
Carteira Própria	6.a.2	2.107.295	2.130.586
Vinculados a Compromissos de Recompria	6.a.2	180.028	104.405
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a.2	504.628	138.078
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.1	23.181	24.267
Relações Interfinanceiras	7	11.673	3.603
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		18	7
Créditos Vinculados:		11.320	3.196
Depósitos no Banco Central		11.320	3.196
Outros		335	400
Relações Interdependências	14.d	9.114	8.961
Transferências Internas de Recursos		9.114	8.961
Operações de Crédito	8	2.035.673	1.777.116
Setor Privado		2.186.404	1.919.605
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(150.731)	(142.489)
Outros Créditos	9	3.050.418	2.897.236
Carteira de Câmbio	9.a	158.770	210.122
Rendas a Receber		32.406	3.238
Negociação e Intermediação de Valores	6.b.2	27.870	9.341
Créditos Tributários	9.b.1	159.918	100.826
Direitos creditórios	9.e	2.232.239	2.183.467
Diversos	9.d	502.650	418.175
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e.1	(34.321)	(27.940)
Outros Valores e Bens	10	32.406	23.521
Depesas Antecipadas		32.406	23.521
Ativo Realizável a Longo Prazo	3	3.159.389	2.857.752
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	553.507	866.453
Carteira Própria	6.a.2	250.616	280.429
Vinculados a Compromissos de Recompria	6.a.2	295.624	403.898
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a.2	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.1	7.267	3.874
Operações de Crédito	8	2.224.100	1.470.039
Setor Privado		2.308.167	1.498.763
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(84.067)	(28.724)
Outros Créditos	9	273.080	425.593
Direitos creditórios	9.e	-	45.276
Créditos Tributários	9.b.1	258.357	232.199
Diversos	9.d	16.111	148.130
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e.1	(1.888)	(1.412)
Outros Valores e Bens	10	108.702	95.667
Outros Valores e Bens		123.003	105.595
(Provisão para Desvalorização)		(14.301)	(9.928)
Permanente		808.523	681.617
Investimentos		78.874	6.776
Participações em Coligadas e Controladas:	11	77.661	5.891
Outros Investimentos		77.661	5.891
Imobilizado de Uso	12	69.938	59.683
Outras Imobilizações de Uso		130.706	102.438
(Depreciação Acumulada)		(60.768)	(42.755)
Ativos Intangíveis	13	659.711	615.158
Ativos Intangíveis		981.166	845.099
(Amortização Acumulada)		(321.455)	(229.941)
Total do Ativo		12.651.235	11.083.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	31/12/19	31/12/18
Passivo Circulante		5.433.259	5.065.684
Depósitos	14.a	2.392.456	1.406.730
Depósitos à Vista		381.226	203.884
Depósitos Interfinanceiros		134.020	149.738
Depósitos a Prazo		1.871.011	1.053.108
Outros Depósitos		6.899	-
Captações no Mercado Aberto	14.b	472.187	503.701
Carteira Própria		472.187	503.701
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	1.932.325	2.626.691
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.932.325	2.626.691
Certificados de Operações Estruturadas		-	489
Relações Interfinanceiras	7	8	8
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		8	8
Relações Interdependências	14.d	4.945	8.825
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.387	8.825
Transferências Internas de Recursos		2.558	-
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	25.209	25.209
Outras Instituições		-	25.209
Instrumentos Financeiros Derivativos	15	15.458	27.989
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.1	15.458	27.989
Outras Obrigações	15	615.180	466.531
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		781	1.177
Carteira de Câmbio	9.a	617	98.629
Riscos e Previdenciárias	15.a	151.837	91.673
Negociação e Intermediação de Valores	6.b.2	1.121	3.245
Diversas	15.b	461.441	272.837
Passivo Exigível a Longo Prazo	14.a	5.103.182	3.916.730
Depósitos	14.a	3.512.237	3.781.907
Depósitos a Prazo		3.512.237	3.781.907
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	1.521.418	95.123
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.521.418	95.123
Instrumentos Financeiros Derivativos	15	2.740	388
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.740	388
Outras Obrigações	15.b	66.787	38.952
Diversas		66.787	38.952
Resultados de Exercícios Futuros		18.237	14.531
Rendas Antecipadas		18.237	14.531
Patrimônio Líquido		2.098.077	2.083.187
Capital Social		2.130.001	2.130.001
De Domiciliados no País	17.a	2.130.001	2.130.001
Ajustes de Avaliação Patrimonial	17.b	5.736	3.289
Prejuízos Acumulados		(39.180)	(45.952)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Original S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediada na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações financeiras foi consolidada e feita a compensação de saldos da agência no exterior das Ilhas Cayman. Foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem: O valor residual do ativo imobilizado de uso, ativos intangíveis, provisão para perdas com operações de créditos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas trabalhistas e ações, avaliação de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas são reconhecidos somente na liquidação. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Original S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 28 de fevereiro de 2020 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os semestres e exercícios apresentados. As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Auração do Resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as atividades financeiras, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos futuros. **b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008. **c) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável. **e) Títulos e Valores Mobiliários:** De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001 com as alterações introduzidas pela circular 3.129/2002, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **• Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2001, os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento; **• Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; **• Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais. I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados; II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período; III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não havia títulos mantidos até o vencimento. **f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos):** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e alterações subsequentes, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza. **• Hedge de Risco de Mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado; **• Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior - Hedge de Fluxo de Caixa** - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 com as alterações introduzidas pela Resolução 2.697/2000, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada. Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente. As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999, do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. O Banco Original adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Essas operações são contabilizadas no grupo de contas - Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco Original para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen. **h) Outros Ativos:** Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço. **i) Despesas Antecipadas:** São contabilizadas às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou cuja prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens". **j) Permanente:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em menor frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores: **1.1) Investimentos em Controladas:** Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. **1.2) Imobilizado de Uso:** O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações,

móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - Dez anos. **1.3) Intangível:** Os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido de forma linear das amortizações para os intangíveis produzidos internamente, à taxa de 10% a.a. e para intangíveis adquiridos as amortizações variam de 6 a 180 meses, de acordo com a vida útil de cada ativo. Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares. **k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (Impairment):** É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com impairment, quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. No exercício de 2019, foi realizado uma análise dos ativos intangíveis com vida útil indefinida e foi identificado uma baixa/perda no valor R\$ 6.468 - Tokens e R\$ 595 - Projeto Software. (2018 - R\$ 1 - Sistema/Licença Agasus. **l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia. **m) Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Correntes e Diferidos):** A provisão para IRPF é constituída com base no lucro real, assim entendido como o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%. As instituições financeiras, durante o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018 estiveram sujeitas à alíquota de 20% (Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015), de janeiro a novembro de 2019, a alíquota para a CSLL foi de 15% conforme norma vigente na época. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão registrados quando da utilização ou/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Em 31 de dezembro de 2019, os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL (conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%). Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração. **n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma: **• Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **• Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos; **• Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; **• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação. **o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referência base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "Despesas tributárias". **p) Outros Passivos:** Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar. **q) Resultado de Exercícios Futuros:** Entendem-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre as quais não haja nenhuma perspectiva de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo. **r) Partes Relacionadas:** O Banco possui transações com partes relacionadas que estão demonstradas na Nota Explicativa nº 19, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 4.636/2018. A partir da Resolução nº 4.693/2018 as transações de operações de crédito com partes relacionadas são permitidas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no artigo 6º e os limites previstos no artigo 7º sendo ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições. O Banco não possui operações de crédito com partes relacionadas. Em 2018 tivemos sessões de carteira de crédito conforme informado na nota 8f. Em 2019 não tivemos sessões de crédito. **s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP):** A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada uma das entidades, conforme permite o Artigo 202, parágrafo 3º, inciso II, da Lei nº 6.404/1976. Nos exercícios de 2019 e 2018 não foram deliberados dividendos e juros sobre capital próprio. **t) Avas e Fianças:** Os avais e fianças são honorados e prestados pelo Banco, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avaliados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transferir-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos. As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas. As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados dos Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência. De acordo com a Resolução nº 4.512/2017 as operações de avais e fianças prestadas e honoradas e não honoradas têm provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

4. Caixa e Equivalentes de caixa:
Composição

	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	57.324	39.895
Aplicações em Interfinanceiras de Liquidez	12.583	171.705
Títulos e Valores Mobiliários	899.840	1.025.991
Total	1.269.853	1.237.650

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações no Mercado Aberto					
Posição Bancada	212.489	-	-	212.489	1.997
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.492	-	-	12.492	1.997
Letras do Tesouro Nacional - LTN B	199.997	-	-	199.997	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	100.200	266.490	13.441	380.131	320.584
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	100.200	-	13.441	113.641	171.764
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligados vinculados Crédito Rural					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

devem ser classificados não pela intenção de obtenção de ganho financeiro em função da oscilação de preços, e sim pelo plano de negócio da Entidade. O impacto no resultado desta reclassificação foi de R\$ 1.333. A aplicação da legislação referente a Créditos e Derivativos Subordinados em função da emissão da Gaia Securitized S.A., 1ª série e 2ª série. Esses papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038. ⁽¹⁾ No primeiro semestre de 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresa J&F Investimentos, no montante de R\$ 166.000 (Nota Explicativa nº 8.f). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia sendo estas cotas da empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (vide Nota Explicativa nº 8.f). ⁽²⁾ Em maio de 2019 efetuamos uma aplicação no novo fundo de investimentos em direitos creditórios Picpay constituído no mesmo mês. Possuímos em dezembro de 2019 100% das cotas deste fundo e somos cotista subordinados. O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIF) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário. Os títulos públicos constituídos no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

a.3) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

	01/01 a 2º Semestre	31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.412	47.567	27.388
Resultado de Títulos de Renda Fixa	154.090	247.695	129.903
Resultado de Títulos de Renda Variável	204.919	527.324	59.954
Resultado de Títulos no Exterior	61.993	65.111	16.133
Total	436.414	887.697	233.378

b) Instrumentos Financeiros Derivativos: A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota Explicativa nº 28. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de: • Atender às necessidades dos clientes; • Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros. O Banco segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e carteira bancária (banking, segundo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/2017 e da Circular nº 3.354/2007, que estabeleceu critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras. As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração. As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: - Value at Risk (VaR) Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e holding period estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira; - Stress Test - Stop Loss. Aqueles classificados como banking possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco detinha dois instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente, nos termos da Circular Bacen nº 3.082/2002, como hedge de fluxo de caixa e hedge de risco de mercado, respectivamente. Para o hedge de fluxo de caixa, temos um instrumento que é um swap o qual faz hedge da variação cambial do Capital da agência do Banco Original em Cayman, enquanto que para o hedge de risco de mercado, utilizamos contratos de D11 Futuro negociados na B3, registrados no veículo Banco Original e identificados, na sua origem, como pertencentes à estratégia de hedge accounting.

Carteira Trading - dezembro/2019

Risco de Variação em	Valor Média	Fechamento	dezembro/19	dezembro/18
Fator de Risco				
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	468	91	65
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	12	5	-
Soja	Preço do Futuro de Soja CME	46	108	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	510	317	371
Índice Bovespa	Índice de Ações Bovespa	109	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	249.664	54.160	145.348

Carteira Banking - dezembro/2019

Risco	Teste de Estresse Média	dezembro/19	dezembro/18
Risco de Taxa de Juros	15,043	2,798	23,456

Destaca-se que a queda relevante do Value at Risk (VaR) na comparação entre o fechamento de dezembro de 2018 e o fechamento de dezembro de 2019, está atrelado principalmente à diminuição do estoque de ações. **b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração do Valor de Mercado:** A determinação do valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Premissas para determinação de preços de mercado: • Futuros e Opções Padronizadas: cotações em Bolsas; • Opções não Padronizadas: determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado; • Swaps e NDFs: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais notional e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/19	31/12/18
Valor de Mercado	Valor	Valor
Referencial	Valor de Mercado	Referencial
Curva dos Contratos	Curva dos Contratos	Curva dos Contratos
NDF	19.921	17.532
Posição Ativa	6.075	6.345
Posição Passiva	(11.801)	(15.360)
Diferencial Líquido	8.120	2.172

	31/12/19	31/12/18
Valor de Mercado	Valor	Valor
Referencial	Valor de Mercado	Referencial
Curva dos Contratos	Curva dos Contratos	Curva dos Contratos
Posição Ativa	19.921	17.532
Posição Passiva	(11.801)	(15.360)
Diferencial Líquido	8.120	2.172

	31/12/19	31/12/18
Valor de Mercado	Valor	Valor
Referencial	Valor de Mercado	Referencial
Curva dos Contratos	Curva dos Contratos	Curva dos Contratos
Posição Ativa	19.921	17.532
Posição Passiva	(11.801)	(15.360)
Diferencial Líquido	8.120	2.172

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento:

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/19	31/12/18
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(1.577)	(2.613)	(1.773)	6.224	-
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(1.007)	4.458	7.141	10.592	(6.731)
Operações Opções a Receber/(Pagar)	(198)	(317)	-	(515)	73
Certificado de Operação Estruturada (COE)	-	-	-	-	(2)
Total	5.158	2.564	4.528	12.250	1.509.498

Valores Referenciais dos Futuros*

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/19	31/12/18
DI	1.641.500	1.253.000	1.617.700	4.512.200	1.029.925
Dólar	579.598	-	-	579.598	349.433
DDI	153.570	1.164.872	1.426.868	2.745.310	590.614
BGI	18.897	5.101	-	23.998	146
Euro	3.387	-	-	3.387	-
Total	2.396.952	2.422.973	3.044.568	7.864.493	1.970.118

* Referem-se a valores referenciais nas datas de vencimento. Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, Dólar, cupom de Dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 26.749 ativos (31/12/2018 - R\$ 6.096 ativos), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores". Para as operações com instrumentos financeiros derivativos registrados na B3, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 480.391 (31/12/2018 - R\$ 296.976) sendo este representado por LTN R\$ 409.214 (31/12/2018 - R\$ 4.522), LFT R\$ 71.177 (31/12/2018 - R\$ 0) e NTN R\$ 292.453 somente em 31/12/2018.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos:

	2º Semestre	31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receita	71.895	(60.292)	11.603
Despesa	42.180	(28.303)	13.877
Resultado	29.715	(31.991)	(2.174)

b.4) Hedge de Investimento Líquido no Exterior: O Banco Original utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da Agência Cayman (variação cambial), cuja moeda de suas operações está em Dólar. O valor do investimento líquido de impostos foi de USD 10.000. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de hedge de fluxo de caixa. O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. O Banco também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes. O método utilizado no teste de efetividade é o prospectivo e retrospectivo, de forma que os resultados reais se encontram na faixa de 80% a 125%. A mensuração da efetividade do hedge, foi realizada com base na variação da taxa de dólar Plax e os dados são apresentados no balanço patrimonial contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do semestre. Em 31 de dezembro de 2019, o valor eficaz registrado no patrimônio líquido foi de R\$ 241, e o impacto no resultado do componente ineficaz foi no valor de R\$ 552 (31/12/2018 - R\$ 18) contabilmente na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos. **b.5) Hedge de Risco de Mercado:** As operações objeto de proteção através de estruturas de hedge accounting são títulos de renda fixa emitidos pelo Banco Original que fornecem recursos financeiros para o Banco Original para a expansão de seus negócios ao serem adquiridos por investidores, que, por sua vez, serão remunerados por uma taxa pré-fixada determinada no momento da emissão de referidos títulos. Item objeto de hedge: Conjunto de captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo Banco Original, excluindo seus spreads de crédito, conforme definido adiante em seção específica. Instrumento de hedge: Contratos de D11 Futuro negociados na B3, registrados no veículo Banco Original e identificados, na sua origem, como pertencentes à estratégia de hedge accounting. Optou-se por caracterizar esse conjunto de operações como "hedge de risco de mercado", baseado na Circular 3.082

do Banco Central do Brasil, datada de 30 de Janeiro de 2002. A estratégia do hedge de risco de mercado passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundas de variações no mercado de juros em reais. Uma vez que esse risco é compensado, o que se procura é indexar a carteira ao CDI, através da utilização dos derivativos (D11 Futuro). O hedge é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado da carteira de captações pré-fixadas, excluindo a parcela da remuneração pré-fixada representada pelo spread de crédito (risco próprio do Banco Original), procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes. O hedge das captações é feito por meio da contratação de D11 Futuro na B3. O gerenciamento do hedge não é feito operação por operação, mas sim para o conjunto de captações (objetos de hedge) originadas em determinado período (safra mensal, que pode ser alterada em função do volume de novas operações, de acordo com a avaliação da Administração). Caso a efetividade seja comprovada dentro do intervalo de 80 a 125%, tanto o instrumento de hedge (derivativo), quanto o objeto de hedge (captações pré-fixadas com prazos superiores a 2 anos) são mensurados a valor justo, e o efeito do ajuste ao valor justo é reconhecido em resultado. Tal prática será descontinuada prospectivamente caso: - O instrumento de hedge expirar ou for vendido, terminado ou exercido; - O hedge deixar de satisfazer as condições de efetividade; - For revogada a designação. A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de hedge o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas. Abaixo quadro demonstrativo da posição contábil do Hedge de Captações em 31/12/2019: As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. Em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo ajustado a valor justo foi de R\$ 378.715, e o impacto no resultado foi de R\$ 2.938. O valor nominal do Instrumento de Hedge foi de R\$ 377.545 e a taxa de para determinar a inefetividade do Hedge é de 99,7%.

7. Relações Interfinanceiras: O saldo da rubrica "Relações Interfinanceiras" no montante de R\$ 11.665.416 (31/12/2018 - R\$ 3.595.416) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto:

	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos, adiantamentos a depositantes e operações de crédito vinculadas a cessão	2.206.816	1.780.052
Adiantamentos a depositantes	400	125
Empréstimos	2.074.325	1.643.029
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	404.787	323.806
Capital de Giro	997.034	996.102
Conta Corrente Garantida	54.946	89.412
Empréstimo Consignado	87	23
Cheque Especial	95.299	67.175
Empréstimo Rotativo	112.039	77.726
Crédito Pessoal	314.369	46.705
Outros Empréstimos	95.764	41.864
Financiamentos	2.024.152	1.373.183
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	2.024.152	1.373.183
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	60.294	104.991
Financiamentos Imobiliários	203.309	160.142
Operações de Crédito vinculadas à Cessão	132.091	136.898
Adiantamento de Contratos de Câmbio (Nota 9.a)	152.622	116.283
Direitos Creditórios (Nota 9.e)	2.232.239	2.228.743
Operações com Cartões de Crédito (Nota 9.d)	297.401	165.618
Outros Créditos (Nota 9.d)	14.933	7.147
Subtotal	7.191.766	5.936.159
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8.e)	(234.589)	(171.213)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8.e.1)	(36.209)	(27.952)
Total	6.920.759	5.736.994
Circulante	4.703.579	4.219.067
Longo Prazo	2.217.182	1.517.927

⁽¹⁾ Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

⁽²⁾ Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como as atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades:

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	8.664	859.717
Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	607.892	425.622
Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	2.012.436	1.925.973
Total	1.033.522	666.154

	31/12/2019	31/12/2018
Setor Privado	8.664	859.717
Rural	8.664	859.717
Indústria	8	607.892
Financeiro	-	-
Pessoas Físicas	126.549	543.682
Comércio	37.430	1.979.542
Serviços	87	610.533
Outros	572	107.725
Total	174.510	4.709.091

c) Concentração de crédito:

	31/12/2019	31/12/2018
Valor	Carteira	Provisões
% da Carteira	% das Provisões	% das Provisões
10 Maiores Devedores	842.696	12%
40 Maiores Devedores	1.752.258	24%
Seguintes	35.788	13%
80 Maiores Devedores	1.065.336	15%
Seguintes	2.760.711	40%
Demais Devedores	3.531.476	49%
Seguintes	7.191.766	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco: A abertura das posições "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

	31/12/2019	31/12/2018
Curso normal	6.925.561	266.205
Curso anormal	266.205	7.191.766
Total	7.191.766	7.191.766

⁽¹⁾ Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos a partir de 15 dias. ⁽²⁾ A provisão é adequada para fazer face as perdas prováveis na realização dos créditos.

Carteira de Créditos - Provisão

Nível de Risco	% Provisão	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽²⁾	Total	Constituída ⁽³⁾
AA	0,0%	1.681.434	-	1.681.434	-
A	0,5%	4.591.540	-	4.591.540	23.073
B	1%	241.913	18.479	260.392	2.640
C	3%	266.478	44.769	311.247	11.514
D	10%	12.054	26.244	38.298	9.475
E	30%	95.258	45.258	140.516	58.157
F	50%	17	1.620	1.637	813
G	70%	5.987	38.724	44.711	43.332
H	100%	30.892	91.111	122.003	122.003
Total	6.925.561	266.205	7.191.766	7.191.766	271.007

⁽¹⁾ Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos a partir de 15 dias. ⁽²⁾ A provisão é adequada para fazer face as perdas prováveis na realização dos créditos.

Carteira de Créditos - Provisão

Nível de Risco	% Provisão	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽²⁾	Total	Constituída ⁽³⁾
AA	0,0%	1.204.367	-	1.204.367	-
A	0,5%	3.732.607	-	3.732.607	18.665
B	1%	354.280	9.898	364.178	3.659
C	3%	313.649	40.633	354.282	13.386
D	10%	10.934	10.380	21.314	5.088
E	30%	33.962	110.660	144.622	46.310
F	50%	17	2.436	2.453	1.227
G	70%	2.883	17.483	20.366	18.960
H	100%	1.925	89.945	91.870	91.870
Total					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12. Imobilizado de Uso:

	31/12/2018		31/12/2019	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
a) Valor residual imobilizado de uso:				
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	43.174	(15.849)	27.325	24.105
Sistemas de Processamento de Dados	86.214	(44.448)	41.766	35.227
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.318	(471)	847	351
Total	130.706	(60.768)	69.938	59.683

b) Movimentação do Imobilizado de Uso:

	31/12/18		31/12/2019	
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Depreciação
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	24.105	7.748	(34)	(4.94)
Sistemas de Processamento de Dados	35.227	19.991	(36)	(13.416)
Sistemas de Segurança e Comunicações	351	616	(11)	(109)
Total	59.683	28.355	(81)	(18.019)

13. Intangível:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Custo	Amortização Líquido	Custo	Amortização Líquido
Gastos com Desenvolvimento	835.033	(249.490)	585.543	598.833
Softwares	105.348	(31.180)	74.168	16.325
Outros	40.785	(40.785)	-	-
Total	981.166	(321.455)	659.711	615.158

b) Movimentação do Intangível:

	31/12/18		31/12/2019	
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Amortização
Gastos com Desenvolvimento	598.833	63.191	(599)	(75.882)
Softwares	16.325	73.783	-	(15.940)
Total	615.158	136.974	(599)	(91.822)

14. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
Depósitos à Vista	381.226	-	-	381.226
Depósitos Interfinanceiros	-	-	134.020	-
Depósitos a Prazo - CDB e RDB ⁽¹⁾	-	189.736	1.681.275	3.512.237
Outros Depósitos	6.899	-	-	6.899
Total	388.125	189.736	1.815.295	3.512.237
Circulante	388.125	189.736	1.815.295	3.512.237
Longo Prazo	-	-	-	-

(1) O total de depósito a prazo com liquidez antecipada é de R\$ 1.602.284 (31/12/2018 - R\$ 648.556). Em 31 de dezembro de 2019 os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 142.169 (31/12/2018 - R\$ 134.008) e CDB de R\$ 5.241.079 (31/12/2018 - R\$ 4.701.007). O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,5% do CDI, (31/12/2018 - 90% e 123% do CDI) e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 4,18% a.a. e 19,60% a.a. (31/12/2018 - 6,09% a.a. e 19,60% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101,5% a 106% do CDI (31/12/2018 - 101,5% a 106% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado:

	2º Semestre 31/12/2019		01/01 a 31/12/2019		01/01 a 31/12/2018	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Depósitos Interfinanceiros	4.030	(9,219)	4.030	(9,219)	4.030	(9,219)
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	199.293	(406,843)	199.293	(406,843)	199.293	(406,843)
Captação no Mercado Aberto	5.806	(9,673)	5.806	(9,673)	5.806	(9,673)
Despesas de Letras de crédito do Agronegócio	46.519	(99,116)	46.519	(99,116)	46.519	(99,116)
Despesas de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	5.754	(10,620)	5.754	(10,620)	5.754	(10,620)
Despesas de Letras Financeiras	4.832	(9,696)	4.832	(9,696)	4.832	(9,696)
Despesas de Letras Imobiliárias	48.322	(92,338)	48.322	(92,338)	48.322	(92,338)
Despesas com operação estruturada - COE	-	-	-	-	-	-
Total	(314.556)	(637,519)	(314.556)	(637,519)	(314.556)	(637,519)

b) Captações no Mercado Aberto:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Até 3 Meses	Total	Até 3 Meses	Total
Carteira Própria	472.187	472.187	472.187	503.701
Títulos Públicos	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	422.959	422.959	422.959	399.600
Letras Financeiras do Tesouro - LFT Debêntures	49.228	49.228	49.228	104.101
Total	472.187	472.187	472.187	503.701

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	431.283	282.764	814.512	1.528.559
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	165.098	1.043.855	655.328	1.864.281
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	298	9.027	51.578	60.903
Letras Financeiras - LF	6.899	-	-	-
Certificados de operações estruturadas - COE	-	-	-	489
Total	596.679	1.335.646	1.521.418	3.453.743
Circulante	596.679	1.335.646	1.521.418	3.453.743
Longo Prazo	-	-	-	-

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 106% do CDI (31/12/2018 - 88% e 102% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,03% a.a. e 13,26% a.a. (31/12/2018 - 5,78% a.a. e 17,01% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 90% a 106% do CDI (31/12/2018 - 89% a 102% do CDI), já para as operações pré-fixadas as taxas vão de 3,79% a 15,25%. Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 4,21% a 15,25% do CDI (31/12/2018 - 114,69% a 121,52% do CDI). d) Relações Interdependências: Referem-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a ser cumpridas no País por seu contravente em moeda nacional e transferência de recursos entre dependências no montante de R\$ 4.169 ativo (31/12/2018 - R\$ 136 ativo). e) Obrigações por Repasses do País: O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafe) destinadas a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses
Funcafé - Custeio	-	-	-	10.045
Funcafé - Capital de Giro	-	-	-	15.164
Total	-	-	-	25.209
Circulante	-	-	-	25.209

f) Despesa de Empréstimos e Repasses:

	2º Semestre 31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Despesas de Empréstimos no Exterior ⁽¹⁾	10.277	(10,675)	10.277	(8,069)
Despesas de Obrigações com Bancueiros no Exterior	-	(2)	-	(2)
Despesas de Repasses - Outras Instituições Oficiais	(61)	(497)	(61)	(210)
Total	10.216	10,176	10.216	(8,279)

(1) O efeito credor refere-se à variação cambial do período.

15. Outras Obrigações:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
a) Fiscais e Previdenciárias:				
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	3.014	(692)	3.014	(692)
Impostos e Contribuições sobre Salários	13.863	(10,909)	13.863	(10,909)
I.R. - s/Operações de renda fixa	-	216	-	296
I.R. - s/Operações de renda variável	-	184	-	184
IOF - Capital de Giro	38	784	38	784
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b.2)	81.913	83.683	81.913	83.683
Provisão para Imposto de Renda	26.367	316	26.367	316
Provisão para Contribuição Social	16.307	352	16.307	352
Outros	10.119	2.246	10.119	2.246
Total	151.837	98.643	151.837	98.643
Circulante	151.837	98.643	151.837	98.643
Longo Prazo	-	-	-	-
b) Outras Obrigações - Diversas:				
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 16.b.1)	40.896	22.036	40.896	22.036
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 16.b.2)	25.891	16.916	25.891	16.916
Provisão para Pagamentos a Efetuar	126.148	86.897	126.148	86.897
Despesas de Pessoal	87.141	70.060	87.141	70.060
Outras Despesas Administrativas	19.851	14.165	19.851	14.165
Outros Pagamentos	19.156	2.672	19.156	2.672
Consignados	1.277	943	1.277	943
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	3.704	6.209	3.704	6.209
Valores a pagar de sociedades ligadas	12	19	12	19
Recuperação de Crédito	-	7	-	7
Credores Diversos - Exterior/País ⁽²⁾	324.264	176.512	324.264	176.512
Provisão para Finanças	6.036	2.072	6.036	2.072
Total	528.228	311.789	528.228	311.789
Circulante	461.441	272.837	461.441	272.837
Longo Prazo	66.787	38.952	66.787	38.952

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.
(2) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original que são pagos em outros bancos em D+1 e a obrigações com a bandeira referentes às operações com cartões de débito e crédito.

16. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões:

a) Ativos Contingentes: Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com praticidade certa. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. b) Provisões e Passivos Contingentes: b.1) Provisão para Processos Trabalhistas: São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável. Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 9.110 (31/12/2018 - R\$ 8.261). A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2019		01/01 a 31/12/2018	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	22.036	22.455	22.036	22.455
Constituição	24.078	3.378	24.078	3.378
Atualização Monetária	2.090	408	2.090	408
Reversão	(7.308)	(4.205)	(7.308)	(4.205)
Saldo Final	40.896	22.036	40.896	22.036

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudence dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos. b.2) Provisões para Processos Cíveis: Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para os processos cíveis elencados na categoria Cível Massa (consignado-Banco Original), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do Banco Digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável. Segue movimentação das provisões:

	01/01 a 31/12/2019		01/01 a 31/12/2018	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	16.916	17.696	16.916	17.696
Constituição	18.211	7.522	18.211	7.522
Atualização Monetária	96	96	96	96
Reversão	(9.236)	(8.399)	(9.236)	(8.399)
Saldo Final	25.891	16.916	25.891	16.916

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.501 (31/12/2018 - R\$ 7.920). O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudence dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos. b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível: São processos de natureza trabalhista, cível e fiscal classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Os riscos possíveis de natureza cível são formados por 30 ações cíveis públicas com pedidos no importe de R\$ 25.099, seus valores foram mensurados de acordo com os pedidos realizados pelos Ministérios Públicos dos Estados (Parabá, Piauí, Bahia, Tocantins, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará, Maranhão, Pará e Pernambuco), e opinião legal dos assessores jurídicos externos. Para os processos fiscais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 10.212. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	01/01 a 31/12/2019		01/01 a 31/12/2018	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Processos Trabalhistas	22.293	28.424	22.293	28.424
Processos Cíveis	25.891	35.908	25.891	35.908
Processos Fiscais	9.750	9.750	9.750	9.750
Total	57.934	74.082	57.934	74.082

17. Patrimônio Líquido:

a) Capital Social Banco Original S.A.: Em 31 de dezembro de 2019 o capital social de R\$ 2.130.001 (31/12/2018 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial: Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado líquido de impostos relativo aos títulos públicos representados por NTN, LTN e Títulos Privados no montante de R\$ 5.736 (31/12/2018 - R\$ 3.289). c) Reserva de Lucros: c.1) Reserva Legal: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve constituição de reserva de Legal devido ao abatimento da rubrica Prejuízos Acumulados. c.2) Reserva Estatutária: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve constituição de reserva de Estatutária devido ao abatimento da rubrica Prejuízos Acumulados. d) JCP e Dividendos: Nos exercícios de 2019 e 2018 não foram deliberados Juros sobre Capital Próprio.

18. Limites Operacionais:



Banco Original S.A. - CNPJ 92.894.922/0001-08

www.original.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/18</u>
	<u>Valor</u>	<u>Provisão</u>	<u>Valor</u>	<u>Provisão</u>
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	20.961	(383)	60.899	(277)
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	304.487	(5.526)	294.921	(1.486)
Outras Fianças Bancárias	33.406	(166)	54.161	(309)
Total	358.854	(6.075)	409.981	(2.072)

b. **Seguros:** O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2019 o Banco não possui mais operações que necessitam ser asseguradas (31/12/2018 - R\$ 0), o mesmo ocorre para as despesas apropriadas (31/12/2018 - R\$ 0). c. **Plano de Aposentadoria e Pensões:** O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012. d. **Remuneração dos Administradores:** Os benefícios de curto prazo recebidos pela Administração foram no montante de R\$ 29.293 (31/12/2018 - R\$ 26.357). Os beneficiários de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam a R\$ 30 (31/12/2018 - R\$ 56). O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações. e. **Plano de Saúde - Benefício pós emprego:** O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 523 (31/12/2018 - R\$ 467). f. **Cessão de marca e domínio:** O Banco, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados nas áreas de

Inteligência e Marketing. Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Conglomerado continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de *royalties* de 1% do resultado operacional para a J&F. O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes, a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento, os pagamentos de *royalties* não ocorreram em 2018. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 131.949 (31/12/2018 - R\$ 297.419), e os resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI montam o valor de R\$ 16.276 (31/12/2018 - R\$ 35.298) contabilizados na rubrica Resultados operacionais. Em maio de 2018 foram antecipadas cinco parcelas no valor de R\$ 65.295 e em abril os juros de todas as parcelas vincendas no valor de R\$ 11.307. No exercício de 2019 todo o saldo a receber foi liquidado.

30. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.:

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A., "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017. Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original. Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais. A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em

empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

31. Evento Subsequente - COVID19:

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 será revisada e serão tomadas as providências necessárias para a correção de rumos e para a estabilização econômica e financeira que se fizerem necessárias. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: i. Quanto ao risco operacional, aumentamos do número de funcionários elegíveis a trabalhar de forma remota, fornecendo-lhes as ferramentas tecnológicas necessárias para que possam exercer plenamente suas atividades, de forma remota em qualquer lugar fora do Banco, sem que haja qualquer prejuízo a continuidade dos negócios. Os testes já foram efetuados e a instituição está preparada para colocar 100% de sua força de trabalho em regime de trabalho remoto, caso isso seja tornado obrigatório pelas autoridades ou por necessidade de preservar seus colaboradores. ii. Quanto ao risco de crédito, acompanharemos diariamente os efeitos do surto na economia de uma forma geral, visando antecipar eventual deterioração da nossa carteira de crédito, adotando as providências necessárias para a minimizar seus efeitos nos resultados do Banco. Caso seja necessária a reestruturação de operações de crédito até 30 de setembro de 2020, adotaremos os procedimentos determinados pela resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.782, de 16 de março de 2020. iii. Relativamente aos critérios de apuração das necessidades Adicional de Capital Principal, adotaremos os percentuais a serem aplicados ao montante do RWA - Risk-Weighted Assets, definidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.783, de 16 de março de 2020.

A DIRETORIA

CONTADOR: Carlos de Souza Valentim - CRC- RJ 049674/O-4TC

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Banco Original S.A (Banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. O Comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho). Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente. Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições. A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade. A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a

frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco. A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Comitê reuniu-se 12 vezes no exercício de 2019 (12 vezes no exercício de 2018) e fez 83 reuniões (69 no exercício de 2018) com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2019. O Comitê de Auditoria emitiu duas recomendações de implantação desejável à Administração no primeiro semestre de 2019. Nenhuma

recomendação foi emitida no segundo semestre de 2019. O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31.12.2019 do Banco foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco. O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas de 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Original S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 30 às demonstrações financeiras do Banco, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a entidade possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 19 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020



KPMG Auditores Independentes

CRC 25P014428/O-6

Marco Antonio Pontieri

Contador - CRC 15P153569/O-0